



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



**SISTEMA COOPAFI: O DESAFIO DA CONSTRUÇÃO DE UM SISTEMA INTEGRADO DE
COMERCIALIZAÇÃO E DE APOIO ÀS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DA REGIÃO SUDOESTE DO
PARANÁ**

OSNI GIANI FERRAZ; SHEILA BRANDÃO; HEMERSON LUIZ PASE;

FEPAGRO

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

osniferraz@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agricultura Familiar e Ruralidade

**Sistema COOPAFI: o Desafio da Construção de um Sistema Integrado de
Comercialização e de Apoio às Agroindústrias Familiares da Região
Sudoeste do Paraná**

Grupo de Pesquisa: 7- Agricultura Familiar e Ruralidade

Resumo: O presente artigo analisa a trajetória, a dinâmica e a estruturação das Cooperativas de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada - COOPAFIs, que configuram uma experiência territorial pautada em princípios de democracia, cooperação e participação dos agricultores em todo o processo decisório. Têm como eixos orientadores o enfoque agroecológico, a diversificação do sistema produtivo e a geração de renda, contribuindo, dessa forma, para a produção de alimentos saudáveis, para a preservação do meio ambiente e para a diversificação dos processos sócio-econômicos da agricultura familiar.

Palavras-chaves: Comercialização, Agricultura Familiar, Cooperativismo.

Abstract: The present article analyzes the trajectory, the dynamics and the structure of the Cooperatives of Commercialization of Familiar Agriculture - COOPAFIs that configure a territorial experience of fortalecimento of familiar agriculture. Ruled in democracy principles, cooperation and participation of the farms in all the power to decide process, have as orienting axles the agroecology approach, the diversification of the productive system and the generation of income, contributing this form, for the healthy food production, the preservation of the environment and the diversification of the processes partner-economic of familiar agriculture.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Key Words: Commercialization, Familiar Agriculture, Cooperative.

1. INTRODUÇÃO

A Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar Integrada (COOPAFI) está presente em 25 municípios da região Sudoeste do Paraná, por meio de 15 cooperativas sendo que cada uma delas tem, em média, cerca de 150 agricultores associados. Essas cooperativas, em parceria com organizações da agricultura familiar em todo o Estado, realizam convênios com diferentes esferas governamentais, além de vendas diretas ao consumidor e organização da produção.

A venda da produção organizada pelas cooperativas tem trazido mais facilidades aos agricultores, como por exemplo, no caso dos processos de comercialização com o governo federal (CONAB, Fome Zero, Merenda Escolar, PAA). Com o apoio da COOPAFI, os agricultores entregam seus produtos de forma conjunta e com a qualidade padronizada. Além disso, as cooperativas do Sistema COOPAFI fazem o levantamento dos agricultores familiares da região, e suas respectivas áreas de plantio de acordo com a cultura. Dessa forma, possuem uma estimativa de comercialização, o que favorece, inclusive a atuação dos programas governamentais.

Experiências como a da venda direta ao “Fome Zero”, vendas ao consumidor local, da agroecologia e da parceria com povos indígenas, entre outras, realizadas pelas cooperativas singulares foram se unindo para a criação e efetivação do Sistema Integrado de Comercialização da Agricultura Familiar.

Todo o processo de formação e atuação das cooperativas é pautado pelos princípios da democracia, cooperação e participação dos agricultores em todo o processo decisório, além de incentivar a adoção do enfoque agroecológico. Para isso utiliza-se de metodologias de envolvimento das famílias através de planejamentos participativos, do trabalho dos agentes de desenvolvimento local e de lideranças comunitárias e de trabalhos de grupo de famílias e de associações. A partir desses princípios, busca fortalecer ações a partir de eixos orientadores, como: agroecologia; agroindústria familiar de pequeno porte; comercialização justa; acompanhamento técnico; organização da produção; pesquisa apropriada às necessidades da agricultura familiar; educação e formação popular para o meio rural; preservação ambiental aliada à geração de renda; capacitação e intercâmbios e, desenvolvimento local sustentável e solidário.

1.1. Caracterização do Território do Sudoeste do Paraná

Segundo dados do Censo Demográfico de 2007 há 293.311 habitantes na região. No entanto, quase a totalidade dos municípios possui a sua dinâmica econômica e social na agricultura. Tratam-se de municípios que, apesar de possuírem uma distinção espacial entre o meio rural do urbano, as relações que se estabelecem entre ambos, faz com que o meio urbano tenha como principal característica desenvolver atividades que venham a satisfazer necessidades do meio rural (Veiga, 2002).

As principais atividades agrícolas da região baseiam-se na produção de grãos – principalmente, soja e milho – fumo, leite, frango (integração), cana de açúcar, e algumas experiências com frutíferas como abacaxi, banana, maracujá e uva (possíveis de serem



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



praticadas na região devido a alguns microclimas apropriados). Um setor que vem ganhando destaque na última década na região e atualmente envolve em torno de 600 famílias é a produção orgânica, com destaque para a soja, cana e olerícolas.

Alguns estudos relacionados à região (Kiota, 1999; Perondi, 1999) têm demonstrado uma tendência de despovoamento do meio rural e a busca por parte das próprias famílias de alternativas que incentivem e viabilizem a permanência principalmente dos jovens nas unidades de produção. Dessa forma, as famílias estão, há mais de uma década, assimilando experiências que eliminem, ao menos, parte dos intermediários no processo de comercialização ou que possibilitem uma maior agregação de valor ao produto. Estas novas experiências resultam em um maior retorno econômico para as famílias e auxiliam na garantia de sua reprodução social e foram moldando as bases para um processo mais complexo de organização, como as cooperativas de comercialização.

1.2. A Agroindustrialização Familiar de Pequeno Porte na Região Sudoeste do Paraná

De acordo com Corona e Possamai (2002), “dentre as atividades extra-agrícolas, a agroindustrialização passou a ocupar um espaço importante, pois ao mesmo tempo em que representou uma alternativa para a família produtora, fez uso da matéria-prima oriunda da própria propriedade, ou seja, de uma atividade já inserida na dinâmica de reprodução da família”. Isto possibilitou principalmente a agregação de renda aos produtos dos agricultores familiares, a qual proporcionou geração de renda e ocupação para estes agricultores no campo, bem como a melhoria em suas condições de vida.

Na região Sudoeste do Paraná, a agroindustrialização familiar de pequeno porte é um fato recente, do início dos anos de 1990, através de iniciativas dos próprios agricultores familiares, com o apoio de ONGs, entidades representativas dos agricultores e de alguns setores do poder público.

Segundo dados do Fórum Intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do PR/Programa Fábrica do Agricultor citado em Holowka, et al (1999), em 1999 existiam 233 agroindústrias familiares de pequeno porte na região Sudoeste do Paraná. As principais atividades desenvolvidas por estas agroindústrias de pequeno porte eram: pasteurização de leite; queijos; abate de bovinos, suínos e aves; defumados; embutidos; açúcar mascavo; melado/rapadura; aguardente; compotas, doces; suco/polpa; conservas e beneficiamento/classificação de grãos. Ou seja, atividades com produtos alimentícios e bebidas, que já possuíam vínculo com o modo de viver destes agricultores familiares, os quais a partir de uma necessidade, passaram a desenvolvê-la voltada a atender um mercado consumidor.

No entanto, conjuntamente com um estudo realizado na região, as entidades representativas da Agricultura Familiar haviam identificado algumas dificuldades que foram consideradas obstáculos para se implantar uma agroindústria de pequeno porte, na ocasião, entre elas: deficiente acompanhamento técnico; descontinuidade no processo de animação; processo de fortalecimento dos grupos e associações; processo de formação; tecnologias utilizadas muitas vezes inadequadas; elevada burocracia da legislação vigente para o registro dos empreendimentos e produtos agroindustriais; dificuldade de gerenciar o empreendimento.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Associado a esse levantamento foi constatado na época, que um dos maiores entraves para o pleno desenvolvimento da agroindústria familiar de pequeno porte ocorria na comercialização. Para comercializar os seus produtos e manterem-se na formalidade, os agricultores necessitam legalizar suas agroindústrias, e se deparavam com a legislação jurídica e sanitária vigente, a qual além de ser burocrática, dificilmente levava em consideração as especificidades¹ destas, impedindo uma igualdade na concorrência das agroindústrias familiares de pequeno porte com as agroindústrias tradicionais.

É apontado ainda como dificuldades para a legalização das agroindústrias de pequeno porte, a forma jurídica a ser assumida (cooperativa, associação, micro ou pequena empresa, ou outras possíveis), a influência da forma assumida sobre a legislação previdenciária dos agricultores, as altas taxas para legalização e os altos valores tributados sobre a mercadoria.

Conforme o levantamento do Fórum Intergovernamental, realizado em 1999, quase a totalidade das agroindústrias apresentava pendências nos processos de registros, quanto à pessoa jurídica dos empreendimentos, bem como sob a ótica sanitária.

Neste sentido, as agroindústrias familiares de pequeno porte fazem parte de um processo recente de reorganização do meio rural da região Sudoeste do Paraná. Este processo exige uma mudança de atitude dos agricultores envolvidos, da assistência técnica, dos consumidores em geral e essencialmente das políticas públicas, para a sua legitimação como instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável regional. Sua superação vem sendo o papel das Cooperativas de Comercialização e de sua rede de entidades envolvidas, que para fortalecerem suas ações caminham para a construção de um Sistema.

1.3. O Processo Organizativo na Região Sudoeste e os Agentes de Desenvolvimento

A luta e a organização das famílias rurais tem sido um marco na história da região (Revista Gente do Sul, 1997). O processo de formação e luta construído a partir de trabalhos de grupos de pastorais nas comunidades rurais remonta há quase 50 anos. A partir das pastorais rurais, de jovens, da constituição e das ações da ASSESOAR – primeira ONG do Brasil – da luta pela terra; a história caminhou para o resgate dos sindicatos combativos, para o questionamento do modelo produtivo, para a organização associativa e para a busca de uma agricultura alternativa, com apoio, inclusive de técnicos organizados (Veronesse, 1998).

Na década de 90 a busca da autonomia na comercialização já procurava organizar as microrregiões em Centrais de associações. Este experimento teve seus erros e acertos, que hoje orientam novos caminhos neste setor.

A valorização dos produtos agroecológicos, a partir de um processo participativo e organizado, com apoio da Assesoar² e das entidades, contribuiu sobremaneira, para a construção da Rede Ecovida de certificação solidária, a partir de 1999, que mudou completamente a relação de certificação no Brasil.

¹ As especificidades das agroindústrias dizem respeito principalmente pela sua produção em pequena escala e em muitos casos sazonal, uma infraestrutura de pequeno porte para a agroindustrialização, bem como a sua mão-de-obra ser na maioria das vezes única ou exclusivamente familiar.

² Associação de Estudos e Orientação Rural – Francisco Beltrão – Paraná.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A luta dos sindicatos pelo crédito, a criação do Fundo Rotativo, seu uso e sua aprendizagem, convergiram para a criação do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito, hoje o maior sistema de crédito da e para a Agricultura Familiar (Santos et al, 2000).

A organização das cadeias produtivas e a experiência acumulada do associativismo, somados aos fóruns de discussão e às experiências das cooperativas de crédito, com apoio das Ongs e entidades parceiras, convergiram para as Cooperativas de Leite da Agricultura Familiar – CLAFs, também organizadas em Sistema e hoje presentes em mais de vinte municípios da região (Ferraz, 2002).

E é neste “borbulhar” de experiências e práticas consolidadas de organização, que mais uma vez nasce uma proposta que busca fortalecer o conjunto da Agricultura Familiar: os **agentes de desenvolvimento local**. Essa discussão teve início no Sistema Cresol, a partir da preocupação de que a base de associados precisava se apropriar mais da gestão da Cooperativa, para que não fosse vista como um banco, mas uma entidade da qual todos fazem parte. A gestão compartilhada de forma transparente e a ação mais presente da Cooperativa na comunidade e os anseios na comunidade mais presentes nas decisões das Cooperativas só poderiam acontecer com o trabalho de agentes presentes em ambos os lados (Lannoy, 2006).

Esta experiência, iniciada de forma mais sistemática em 2000 pela Cresol Marmeleiro, expandiu-se por todo o Sistema. Ao mesmo tempo, em alguns municípios, como Capanema e Planalto, por exemplo, onde havia uma forte parceria entre as diferentes entidades da agricultura familiar, os agentes passaram a atuar não só na organização da base da Cresol para discutir o crédito, mas em toda a comunidade para discutir políticas públicas.

Os agentes de desenvolvimento recebem formação periódica, atuam nas comunidades, acompanham os trabalhos técnicos, organizam os trabalhos de base, trazem para as entidades os problemas e anseios das comunidades e ajudam a construir soluções reais.

2. O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO

A discussão a respeito de estratégias de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, a fim de verticalizar toda a cadeia produtiva (a produção da matéria-prima, a sua transformação e a sua comercialização) com a agregação de renda aos produtos e de modo que o agricultor se aproprie do lucro, sempre foram preocupações das entidades representativas ligadas à Agricultura Familiar bem como de alguns setores do poder público constituído, no intuito de assegurar-lhes condições para permanência no campo (Deser/Unijuí, 1992).

Na região Sudoeste do PR, várias iniciativas foram fomentadoras para que os agricultores familiares modificassem suas bases produtivas, buscando uma forma de diferenciar os seus produtos no mercado tradicional. A agroecologia, a comercialização direta ao consumidor e a agroindustrialização familiar são exemplos de atividades que foram ocupando espaços, a partir do debate em torno do desenvolvimento sustentável do meio rural.

Neste cenário, a partir de meados de 2002, na micro-região da Fronteira, no município de Capanema, teve início um processo de planejamento participativo das principais cadeias produtivas, na época: açúcar mascavo, soja, mel, frutas e leite. A partir de uma dinâmica de encontros entre representantes de cada cadeia produtiva e levantamento dos principais entraves e potenciais de cada uma, se chegou a um consenso que o principal gargalo estava na



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



comercialização. Simultaneamente, outros municípios de outras micro-regiões do Sudoeste vinham detectando o mesmo problema e promovendo um debate sobre o tema.

Assim, na busca de atender essa reivindicação dos próprios agricultores, as entidades da Agricultura Familiar do Sudoeste, com especial participação das entidades da micro-região da Fronteira, criaram, em março de 2003, uma Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar. A criação dessa Cooperativa foi o encaminhando de um Seminário micro-regional, que contou com representantes do governo federal, em especial MDA, MA e deputados federais, governo estadual, municipal e entidades representativas da Agricultura Familiar e mais de 400 agricultores e agricultoras. Essa criação da cooperativa, por sua vez, fortaleceu a irradiação da discussão da organização das famílias e de suas entidades em torno do eixo da comercialização.

Na construção desse instrumento de comercialização para os agricultores familiares, foi atentado, entretanto, a dois fatos determinantes:

- 1) Que o papel da comercialização remete-se a toda a cadeia produtiva, desde favorecer a aquisição de insumos com custo menor ou assistência técnica para a produção, capacitação e formação, apoio de marketing e logística para escoamento dos produtos. E neste sentido, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável, a participação efetiva dos atores, no caso os(as) agricultores(as) familiares deve-se dar em todo o processo.
- 2) Existe um aparato legal determinante para que a comercialização seja realizada dentro da legislação vigente. Esta legislação, esta voltada prioritariamente para os grandes complexos agroindustriais, o que dificulta a entrada de agricultores de pequeno porte, de base familiar, nos mercados. Faz-se necessário a proposição de uma mudança na legislação vigente (em suas diversas formas – sanitária, jurídica, fiscal, tributária e trabalhista), para que ela seja mais facilitadora para a venda dos produtos da agricultura familiar, seja ele de forma primária ou transformada, de origem animal ou vegetal, garantindo sempre, obviamente, a qualidade dos produtos ora produzidos por esses atores.

Cabe destacar, que formas organizativas que procuram organizar a produção e a comercialização remontam do final dos anos 70 e início dos anos 80, com as centrais de comercialização e associações de produtores da região Centro-Oeste do Paraná (Brandenburg, 1999). Essas alternativas se propunham a elevar a renda dos agricultores através da “eliminação” dos intermediários e a comercialização direta ao varejo ou aos consumidores. Propunham-se também a realizar compras coletivas no sentido de reduzir o preço dos insumos agrícolas aos agricultores. Essas organizações, no entanto, muitas vezes não dispunham de estrutura comercial adequada e de conhecimento sobre a dinâmica dos mercados em que estavam se inserindo, o que limitou os resultados que as mesmas alcançavam .

No Sudoeste do Paraná, de forma semelhante ao processo ocorrido no Centro-Oeste, foram criadas centrais de comercialização micro-regionais, que atuavam de forma conjunta através de uma central regional – CRAPA (Coordenação Regional de Associações de Pequenos Agricultores), que pelos motivos já descritos acima, foram se deteriorando em sua proposta inicial. Assim, já havia um histórico organizativo, que mesmo tendo enfrentado sérios problemas, também havia deixado marcas de boas experiências (Nunes, 2007).



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



Neste contexto surge o cooperativismo diante do desafio de cumprir o papel de fortalecimento da agricultura familiar, que passa pela organização de cooperativas de produção, de crédito, de comercialização e outros ramos (Couto, 2006).

2.1. Um pouco de história

O Território do Sudoeste do Paraná é caracterizado, entre outras, pela busca da organização territorial. Independentemente das diferenças micro-regionais, há sempre a busca do fortalecimento de fóruns regionais, e o mais atuante neste sentido é o Fórum das Entidades, existente há mais de uma década e formado por entidades representativas da Agricultura Familiar do Sudoeste. O Fórum das Entidades é formado por representantes micro-regionais (lideranças e técnicos) e sua importância se dá na troca de experiências e no fortalecimento das ações em rede. Dessa forma, quando o debate em torno dos processos de comercialização fortaleceram as discussões no início dos anos 2000, em todas as micro-regiões foram sendo efetivadas algumas ações, que permitiram entre 2003 e 2004 a formação de um sistema integrado de cooperativas, que iniciou com três cooperativas.

2.1.1. COOPERFAC

A Cooperfac foi a primeira cooperativa constituída na região. O município de Capanema, historicamente discute a organização da comercialização e tem o maior número de experiências agroecológicas e agroindústrias familiares da região Sudoeste. A forte parceria existente entre SINTRAF, Cresol e Central de Associações (com 83 associações) foi o eixo orientador para a construção do processo de formação dos agentes de desenvolvimento local, que a partir de 2002 com o apoio da Secretaria da Agricultura e da EMATER, fortaleceram o debate para a criação de uma organização para a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar no município.

O passo inicial para essa construção se deu com a realização do Seminário de março de 2003. Este evento contou com o apoio da SAF e da SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da SAARC do Ministério da Agricultura. Esse apoio, somado aos apoios de mandatos federais e estaduais, além do governo municipal, contribuiu para a realização de um convênio entre as entidades da Agricultura Familiar e o Denacoop – Departamento Nacional de Cooperativismo da SAARC/MA. Este convênio, por sua vez, teve um importante papel no processo de formação para a região, que promoveu a expansão da discussão da organização da comercialização para vários municípios. A partir dessa formação de base promovida com o apoio do “Projeto Denacoop I”, as ações do conjunto das entidades e dos agentes de desenvolvimento local, culminaram na fundação, em novembro de 2003, na Cooperativa de Agricultores Familiares de Capanema – COOPERFAC.

A Cooperfac apresenta uma característica peculiar, diferente das demais cooperativas formadas posteriormente, que é a inserção de sua ação, dentro da estrutura da Central de Associações do Município. Isto se deveu ao fato de aproveitar a estrutura física e administrativa da central, uma vez que sempre houve uma excelente parceria entre ambas. Administrativamente, entretanto, a Cooperfac possui sua própria diretoria. Entretanto, essa quase fusão de ações entre Cooperativa e Central que ocorre em Capanema, tem suscitado debates nos fóruns que discutem a comercialização dos produtos da Agricultura Familiar na região. Tem sido levantado o risco destas iniciativas, uma vez que as Centrais de Associações podem mudar o foco de ação, de acordo com as orientações políticas de quem assume sua



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



diretoria. Ou seja, em eventuais mudanças radicais de postura, as Centrais podem prejudicar a ação de trabalho das Cooperativas.

Atualmente, a Cooperfac conta com 150 famílias envolvidas e realiza ações ligadas à compra direta em um convênio com a CONAB, beneficiando a relação entre as famílias de agricultores e entidades como APAE, Casa Familiar Rural, Escolas e Creches do Município. Possui também, um espaço permanente de comercialização, abastecido pelas famílias e agroindústrias do município diariamente e as feiras agroecológicas que ocorrem semanalmente. Além disso, atua no compra coletiva de adubos orgânicos, sementes de adubação verde, mudas e hortaliças.

2.1.2. COOPERSOL MARMELEIRO

As entidades da Agricultura Familiares de Marmeleiro, em especial a Cresol, já vinham desenvolvendo ações de compras coletivas, acompanhamento técnico em Agroecologia, comercialização de produtos e agentes de desenvolvimento desde 2000. A comercialização ganhou maior impulso a partir de 2003, quando as entidades assumiram uma estrutura construída pela Prefeitura Municipal, denominada “Mercado do Agricultor”, financiada com recursos de um programa do governo federal. Paralelamente a isso, o município possuía uma Central de Associações – Cemear – que era constituída legalmente, mas que não tinha legitimidade, pois nunca foi assumida pelos grupos organizados de famílias.

Neste contexto, e com o apoio regional para a discussão de estratégias de comercialização e com o “Projeto Denacoop I”, as entidades de Marmeleiro avançaram para a constituição de uma Cooperativa Municipal, a COOPERSOL, constituída oficialmente em 27/05/2003.

A constituição da Coopersol em Marmeleiro faz parte da estratégia de organizar o formato institucional, iniciado pela nova postura da CRAPA, de que os municípios assumam as demandas das áreas da produção e comercialização dos produtos da Agricultura Familiar.

Entre as principais ações está o fortalecimento e a gestão compartilhada do espaço do “Mercado do Agricultor”, a execução de projetos de compra direta com a CONAB para a APAE e Escola Oficina do município; compras coletivas e intermediação de adubos e corretivos orgânicos diretamente das fontes produtoras, com considerável redução do custo final para as famílias; articulação de compra conjunta de materiais para a construção de casas do Programa de Habitação Rural; organização das feiras locais (da uva, do pêssego, do peixe, do queijo e outras conforme as épocas de produção); acompanhamento sistemático aos grupos de famílias envolvidos na produção de alimentos para o mercado; estratégias de resgate de sementes crioulas e redistribuição para as famílias e formação e capacitação.

2.1.3. COOPERSOL CEL. VIVIDA

A discussão sobre a criação de uma Cooperativa de Comercialização teve início com os agentes de crédito do Sistema Cresol de Coronel Vivida em 2003. Na época discutia-se a falta de um ponto comercial para compra e venda de produtos necessários e próprios para agricultura orgânica, com preços acessíveis. Concomitantemente, ocorria a mesma discussão no espaço do Fórum das Entidades da Agricultura Familiar da Microrregião dos Pinhais e dentro do Programa de Inclusão.

Assim, através do apoio da Central de Associações de Produtores Rurais de Coronel Vivida (CEAVI) que foi a entidade proponente dos recursos para capacitação do Projeto



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



DENACOOOP I, formalizou-se a Cooperativa para Comercialização (Coopersol Coronel Vivida) em maio de 2004, que teve sua legalização efetivada em dezembro do mesmo ano.

A Cooperativa procura apoiar ações na comercialização de insumos necessários para agricultura orgânica, compra conjunta de produtos da agricultura familiar do Município de Coronel Vivida e a promoção do apoio inicial para a criação de novas cooperativas nos municípios vizinhos dentro do Fórum dos Pinhais.

Há ainda o desenvolvimento de uma parceria, com o apoio de técnicos do Programa de Inclusão e do Fórum Pinhais, com comunidades indígenas dos municípios de Cel. Vivida e Chopinzinho, das tribos Guarani e Caingangues. Essa parceria tem se fortalecido com a construção de estratégias de comercialização dos produtos agrícolas e artesanatos das famílias indígenas.

2.2. A irradiação da idéia e o surgimento do Sistema de Cooperativas da Agricultura Familiar - COOPAFI

Logo após a realização do Seminário na Fronteira e a formação da primeira cooperativa de comercialização - a COOPERFAC de Capanema - foram sendo formadas e constituídas legalmente novas cooperativas da Agricultura Familiar na região Sudoeste, sendo que as primeiras foram além da Cooperfac, a COOPERSOL de Marmeleiro e a COOPERSOL de Cel. Vivida, conforme descritas anteriormente. Estes municípios eram os que estavam mais à frente no processo de mobilização por parte de lideranças e de ações e fóruns de discussão microrregional no foco da comercialização.

Havia, entretanto, outras duas Cooperativas já formadas, que se fortaleceram a partir deste novo processo: a COOPAAF de Dois Vizinhos e a COOPAAF de Francisco Beltrão. Além disso, existia uma estrutura física e legal da CRAPA que apoiou o processo e ajudou a dar agilidade regional ao mesmo.

Além das cooperativas legalmente constituídas, havia na região, outros municípios onde as parcerias existentes entre as entidades (Sindicatos, Cresol, Claf, Centrais de Associações e apoio do Programa de Inclusão) foram promovendo a dinâmica da comercialização. Esta dinâmica, de início, se deu de forma muito semelhante às das cooperativas, seja na inserção em programas institucionais, seja no fortalecimento das feiras agroecológicas e pontos de vendas, até a aquisição conjunta de insumos e capacitação das famílias e agroindústrias envolvidas.

Atualmente o Sistema COOPAFI conta com uma Central e 15 Cooperativas Singulares sendo três cooperativas fora do Sudoeste do Paraná (Cruz Machado, Prudentópolis e Cerro Azul), além de um grupo de produtores que participam do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e ainda não são sócios, totalizando, aproximadamente 3.000 famílias envolvidas.

Destas 15 cooperativas nove possuem uma estrutura física (Capanema, Planalto, Santo Antonio, Marmeleiro, Dois Vizinhos, Coronel Vivida, Realeza, Chopinzinho e Nova Prata) onde atuam localmente, denominadas de mercado do produtor ou loja de produtos da agricultura familiar.

Uma característica que reforça o processo organizativo da região é que do total de associados às COOPAFIs, em torno de 95% das famílias são também associadas à Cresol e 85% às CLAFs, reforçando o aspecto de que as famílias vêm importância da participação e



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



da inter-relação entre as organizações. Essas ações em rede entre as organizações fazem parte das estratégias do Sistema COOPAFI, que através de parcerias busca orientar as ações de comercialização, de prestação de serviço, de normatização e fiscalização em alguns níveis das ações das cooperativas singulares a fim de não deixá-las na dependência exclusiva do poder e do isolamento local.

A existência do sistema, não exclui, de forma alguma, o apoio municipal por parte do poder público. No entanto, deve-se fazer entender que as prefeituras, suas secretarias da agricultura e as empresas vinculadas, como a Emater têm o papel de apoiar processos operacionais, como estrutura, obras que facilitam o escoamento dos produtos, divulgação de editais, orientação de projetos, parcerias e comodatos, ou seja, agem como parceiros das cooperativas, respeitando sempre sua autonomia.

3. ASPECTOS GERAIS DA ATUAÇÃO DO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR – SISTEMA COOPAFI

As COOPAFIs trabalham no sistema de interação solidária entre as cooperativas singulares e a Central, onde esta fornece um conjunto de serviços e de apoio que dificilmente uma cooperativa isolada poderia disponibilizar, além de apoiar e qualificar as dinâmicas locais das cooperativas e articular um conjunto de ações a nível regional e estadual para comercialização (Figura 1).

Esta interação proporciona acesso a serviços e a bens essenciais para a viabilidade econômica das cooperativas como marca, certificação, padronização, serviços de contabilidade, programa de informática para controle da entrada e saída, compras e vendas em conjunto, e principalmente integração para participar dos mercados institucionais como o – PPA – do Governo Federal, e o programa da merenda escolar nos municípios.

As cooperativas são estruturadas de forma a atender quatro principais aspectos de atuação: área de negócios, área de organização e assistência técnica; apoio às agroindústrias e área de gestão (Figura 2). Na área de gestão, o aporte institucional do sistema é fundamental por viabilizar os serviços descritos anteriormente e que sem dúvida, inviabilizariam cada cooperativa singular se tivessem que mantê-los individualmente. O fato de serem oferecidos via sistema, contribui também na qualificação dos serviços.

Um aspecto importante, que diferencia inclusive a atuação entre as cooperativas singulares é a forma como cada uma atua no setor de organização, formação e assistência técnica. Cada cooperativa possui sua estratégia, mas todas procuram interagir a questão de formação e acompanhamento técnico via parceria com as outras entidades.

No setor de negócios, o sistema COOPAFI tem duas estratégias bem definidas para as vendas: 1) Venda direta ao consumidor - articulado por cada cooperativa em sua área de ação e que hoje responde por 40% do faturamento bruto das cooperativas; 2) Mercado institucional, articulado pelo sistema, responsável por 60% do faturamento. Na primeira estratégia de venda, as cooperativas atuam no apoio às feiras municipais e em nove das quinze cooperativas há um espaço físico denominado “mercado do produtor” ou “ponto de venda dos produtos da agricultura familiar”, que atuam como a sede da cooperativa. Na segunda estratégia de comercialização, a venda institucional é realizada de forma conjunta pelo sistema, cuja base física localiza-se no município de Francisco Beltrão. Os representantes das



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



cooperativas singulares disponibilizam a oferta de produtos de cada cooperativa e a central organiza a comercialização de forma a oportunizar a aquisição de produtos de todas as cooperativas.

Um grande avanço para o funcionamento adequado desse processo, foi a disponibilização de um sistema de informática que permite que todos os produtos sejam rastreados desde a produção, permitindo um controle efetivo de estoque, e a integração com todo o Sistema COOPAFI. Com o sistema trabalhando interligado, a cooperativa de Capanema pode, por exemplo, saber em qual cooperativa do Sistema há disponibilidade do produto que necessita para suas demandas. Muitos destes produtos no mercado ficam em forma de consignação, onde o produtor leva para o ponto de venda e após a comercialização a cooperativa reembolsa o associado.

Atualmente o Sistema COOPAFI possui duas marcas, a Natura e a Integra, que já existiam à época de sua fundação. Além disso, possui uma estrutura física com câmara fria e um caminhão, que dá suporte às transações entre as cooperativas, permitindo a troca de produtos e a maior diversificação oferecida aos consumidores dos pontos de venda e para estruturar as vendas institucionais.

A expansão de novas cooperativas e a própria consolidação do sistema na região tem viabilizado, entre outras vantagens, uma gama de produtos agroecológicos da Agricultura Familiar.

4. DESAFIOS DO SISTEMA COOPAFI

O Sistema COOPAFI, sem dúvida emergiu em um cenário nacional favorável e tem servido como exemplo de organização para programas governamentais. No entanto, é preciso fazer considerações quanto ao fato de 60% de sua renda ser dependente de programas institucionais, uma vez que este mercado, por sua vez, é dependente dos programas do governo, e como tal, correm riscos de mudanças radicais o que poderia comprometer seriamente a sobrevivência do sistema. Assim, tem sido um esforço constante das cooperativas na busca por novas estratégias de mercado.

Uma proposta tem sido a do mercado de exportação de produtos orgânicos. Este mercado poderia criar uma carteira mais diversificada. No entanto, ainda são pouco qualificadas as questões como padronização dos produtos, da marca e a certificação e inspeção dos mesmos. Esses entraves para a comercialização em maior escala de produtos orgânicos têm sido ponto de pauta de muitas reuniões do Sistema. Uma vez solucionados, permitiriam a possibilidade de exportação, bem como a entrada em mercados maiores na capital do Estado via Mercado Municipal, que tem procurado fortalecer a área de orgânicos.

Outro desafio diz respeito aos locais de venda direta ao consumidor, os mercados do produtor, hoje em número de nove no total das quinze cooperativas. Apesar da importância que possuem para a manutenção da cooperativa local, enfrentam problemas na padronização destes mercados, na ampliação da diversificação de produtos, na manutenção de produtos frescos, como frutas e verduras, e na ampliação de produtos processados, para que atraiam mais consumidores.

No setor de organização e acompanhamento técnico, o Sistema COOPAFI poderia avançar em uma parceria com o Sistema Cooperativado de ATER, para fortalecer e qualificar o acompanhamento técnico de seus associados, uma vez que por sua característica de



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



complexidade de atuar em várias cadeias produtivas, a assistência técnica necessita de maior inter-disciplinariedade e de maior planejamento.

Outro desafio que está emergindo é o fortalecimento do mercado de grãos – armazéns para o feijão, milho, trigo e soja orgânica. Sem uma estrutura adequada de armazenagem, a produção orgânica de grãos não alcança os padrões exigidos, em muitos casos é vendida durante a safra, com preços menores e com riscos de ser misturada à produção transgênica durante a comercialização, desestimulando os produtores.

Consolidar o programa de informática, que foi um grande avanço para o sistema é outro dos desafios emergências a fim de se evitar problemas ocorridos no passado com as centrais de comercialização, onde a falta de controles de estoque e a falta de rastreabilidade levaram a processos de total falta de gerenciamento e perda de mercados. Ainda na área de gestão, qualificar administrativamente as lideranças e técnicos envolvidos tem sido um desafio constante do Sistema.

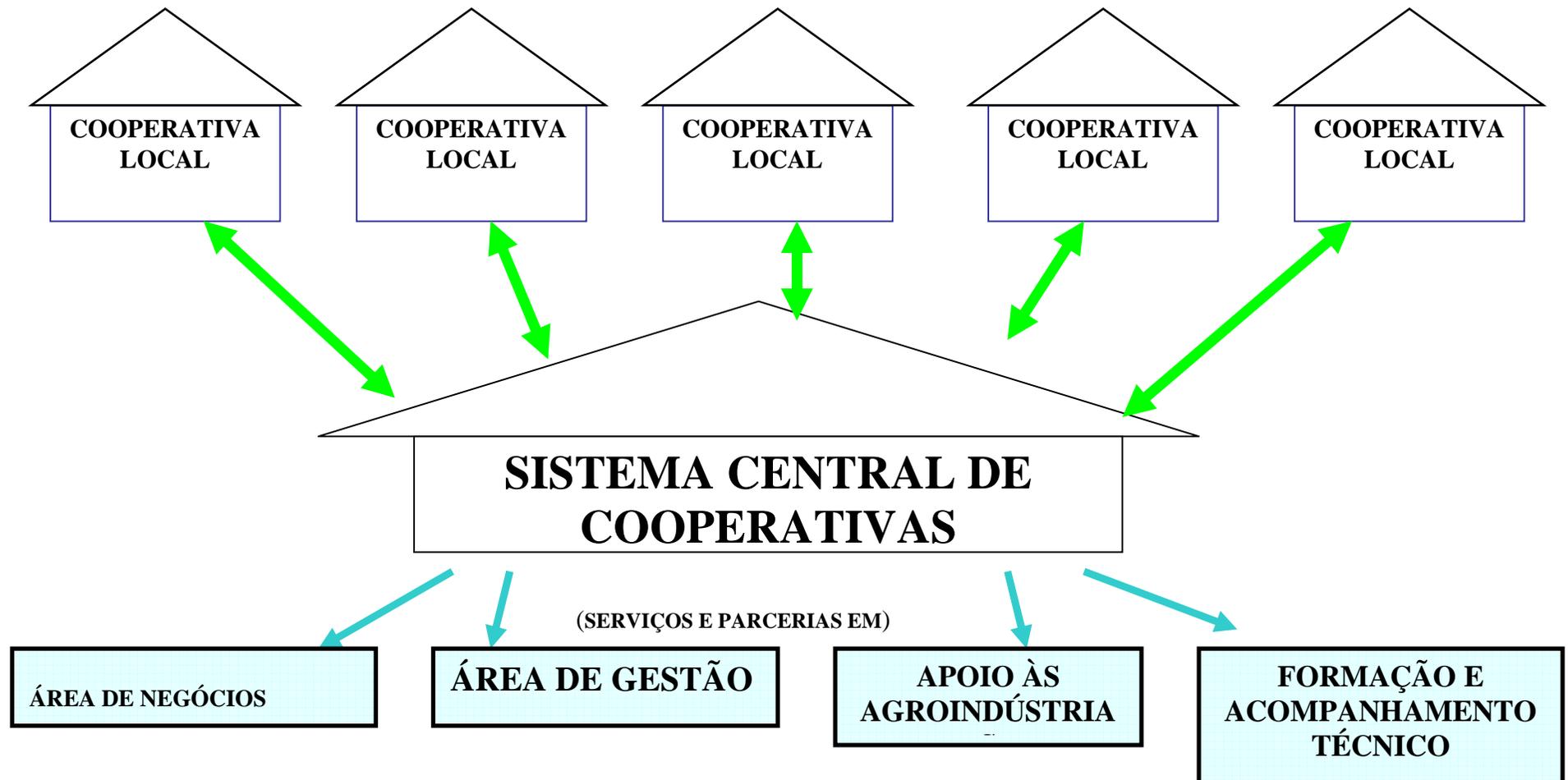
5. CONCLUSÃO

O Sistema COOPAVI é uma das experiências organizativas mais importantes para o Território do Sudoeste do Paraná, por atuar em uma área de difícil acesso que é a comercialização e por, em apenas cinco anos de atuação, envolver direta ou indiretamente, mais de 3.000 famílias. Outro aspecto a ser destacado é sua definição estratégica pela agroecologia e pelo fortalecimento do mercado local. Mas, sem dúvida a visão da atuação em rede, e a formação de um Sistema são o grande foco de análise.

O Sistema tem importância para as suas cooperativas singulares, no compromisso de desenvolver, aperfeiçoar e disponibilizar instrumentos que garantem uma gestão eficiente com uma interação solidária entre as singulares. O Sistema também tem um entendimento de ser um protagonista na busca de novos programas de políticas públicas, nas diferentes esferas governamentais, que incluem a produção agroecológica familiar, bem como estimular a diversificação de produtos. Dessa forma, o Sistema vem cumprindo com os seus objetivos que é de articular as iniciativas de forma individual e isolada, cada qual em seu município, por uma interação solidária, tornando-se assim mais sustentáveis.

O Sistema COOPAFI é também possuidor de grandes desafios. Por ser uma experiência relativamente nova na sua concepção e na sua área, está procurando trilhar caminhos seguros, aproveitando as oportunidades que o atual cenário político do país oferece. Essas mesmas oportunidades são hoje um dos desafios a vencer, juntamente com a estruturação de seu sistema de gestão, de acompanhamento técnico e de novos mercados, sem perder os eixos orientadores da participação, cooperação e desenvolvimento local sustentável.

FIGURA 1: RELAÇÃO ENTRE AS COOPERATIVAS LOCAIS E O SISTEMA CENTRAL DE COOPERATIVAS



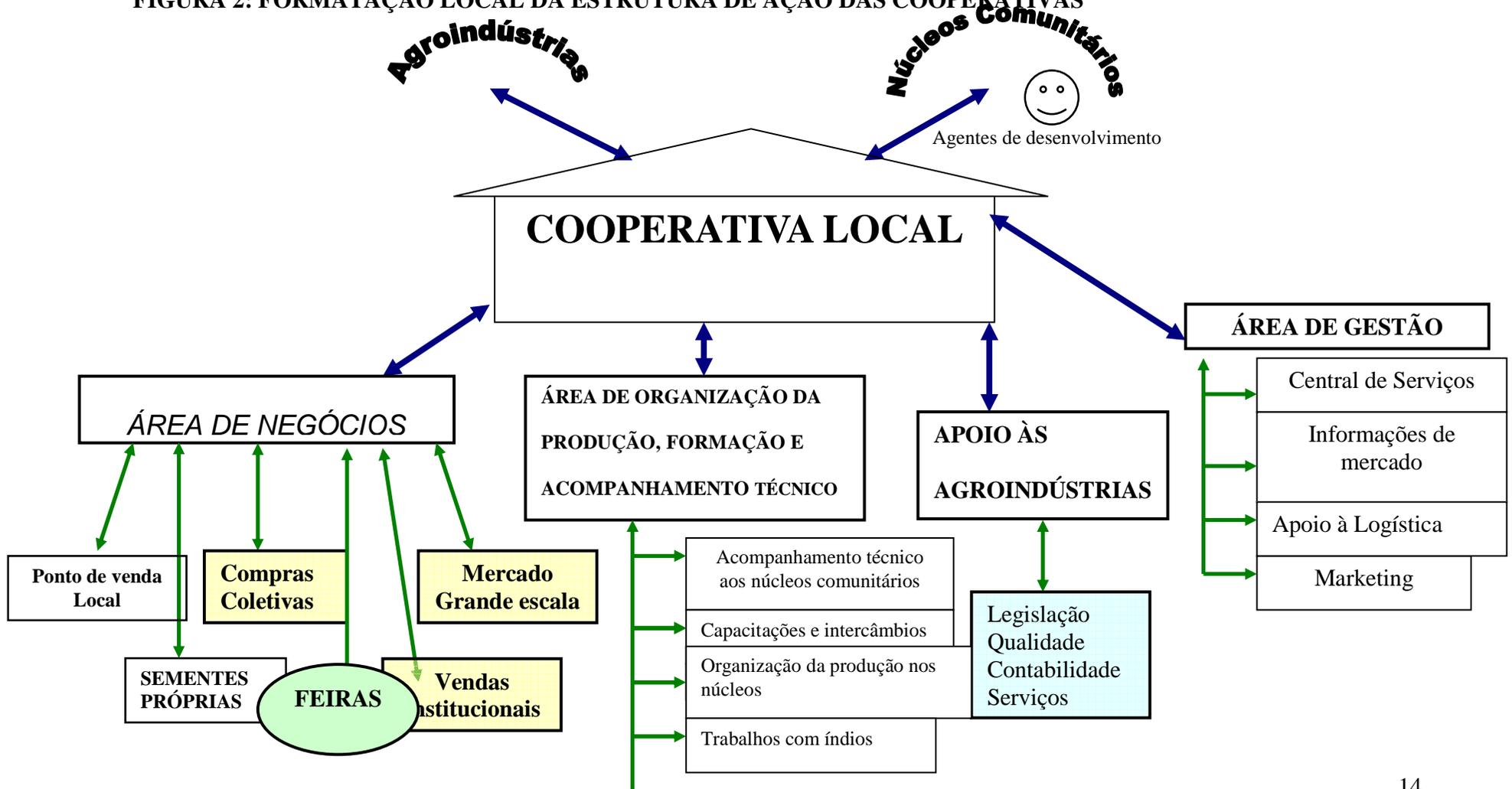


SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



FIGURA 2: FORMATAÇÃO LOCAL DA ESTRUTURA DE AÇÃO DAS COOPERATIVAS



**SOBER**XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural

6. BIBLIOGRAFIA

CORONA, H. M. P.; POSSAMAI, E. J. Agroindústrias familiares de leite: uma estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar da microrregião de Pato Branco/PR. In: Congresso de Economia e Sociologia Rural, XL, Passo Fundo, 2002. **Anais...PASSO FUNDO**, SOBER, 2002.

COUTO, A. M. do. Agricultura familiar e cooperativismo solidário de mãos dadas para a inclusão social. Disponível em www.assismigueldocouto.com.br Acesso em 10 de março de 2008.

DESER/UNIJUI. Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar do Sudoeste do Paraná. Ijuí, RS, 1992. (Relatório final de pesquisa 02).

FERRAZ, O. G. .A sustentabilidade dos agricultores familiares de leite associados à CLAFs nas dimensões ambiental, sociocultural e institucional. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (XLI: 2003: Juiz de Fora). **Anais** Juiz de Fora : SOBER, 2003. (CD Rom).

In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003, Juiz de Fora. Anais do XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2003

HOLLOWKA, Herivelto; KIYOTA, Norma; Paz, César. **Plano de desenvolvimento sustentável do Sudoeste do Paraná**. Pato Branco, PR : Fórum intergovernamental e da Sociedade do Sudoeste do Paraná, 1999. (versão agrícola).

IBGE. **Informações censitárias sobre o país**. Brasília, 2007. www.ibge.org.br. Consulta em: 14 de dezembro de 2007.

KIOTA, Norma. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso do Município de Capanema – Região Sudoeste do Paraná**. Lavras, 1999. Dissertação de Mestrado. Administração Rural/UFLA.

LANNON, C. G. de. **O nascimento do Sistema Cresol: a origem de uma inovação organizacional**. Disponível em: www.cresol.com.br Acesso em 10 de março de 2008.

NUNES, S. P. **O campo político da Agricultura Familiar e a idéia de “Projeto Alternativo de Desenvolvimento”**. Curitiba, 2007. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFPR.

PERONDI, Miguel A. **As estratégias de reprodução de sitiantes no Oeste de Minas e de colonos no Sudoeste do Paraná**. Lavras,1999. Dissertação de Mestrado. Pós-Graduação em Administração Rural – UFLA.

REVISTA GENTE DO SUL. Francisco Beltrão : Jornal de Beltrão S/A Out.1997. (Artigo: A revolta dos posseiros. número 41).

SANTOS, Alvor; OLIVEIRA, Luciana; ANTONIALLI, Luis. **Construção de referências sobre as Diferentes Estratégias de Gestão Financeira de Cooperativas de Crédito Rural de Agricultores Familiares que Compõem o Sistema Cresol**. CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (XXXVIII : 30



de Julho a 5 de Agosto de 2000 : Rio de Janeiro). **Anais** Rio de Janeiro : SOBER, 2000. (CD Rom).

VERONESE, Claudino D. **O papel pedagógico da Assesoar no apoio à construção da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná.** Ijuí, RS : Editora UNIJUÍ, 1998. (Serie Dissertações de Mestrado).

VEIGA, José Elí da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se imagina.** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.